



5066 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

MATRIZ CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS:
ANÁLISES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL
Eduarda Souza Gaudio - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
Thaís Regina de Carvalho - UFPR - Universidade Federal do Paraná

MATRIZ CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS:
ANÁLISES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Resumo

Esse estudo apresenta uma análise acerca do documento “Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica” (2016) elaborado de forma coletiva por consultoras, gestoras e docentes da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis em consonância com as orientações apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Ancoradas nos estudos críticos sobre relações raciais no Brasil e reconhecendo a diversidade étnico-racial como um princípio articulador das práticas pedagógicas na Educação Infantil, realizamos uma análise qualitativa do referido documento municipal a fim de evidenciar como as crianças na faixa etária de zero a cinco anos são contempladas. A Rede Municipal de Educação de Florianópolis há mais de duas décadas vem desenvolvendo ações educativas que visibilizam a história da cultura africana e afro-brasileira, sobretudo após a constituição do Programa Diversidade Étnico-racial na Educação, em 2005, que passou a promover uma série de ações para a criação de políticas de promoção da igualdade racial nas instituições de ensino do município. A partir das análises foi possível constatar que a educação infantil vem sendo contemplada nesse documento através da indicação de textos específicos para docentes, obras de literatura infantil e compartilhamento das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-raciais; Educação Infantil; Matriz Curricular

1 Considerações iniciais

Em tempos de ataques aos direitos historicamente conquistados, a luta pela resistência passou a ser central nas diferentes mobilizações e discussões efetuadas por intelectuais, militantes e pesquisadores/as no âmbito educacional. O contexto atual evidencia o que há muitas décadas vem sendo pautado pelos movimentos sociais, sobretudo o Movimento Negro, ao revelar o racismo como estruturante e estruturador da sociedade, mediante um processo de obtenção de privilégios carregados pela branquitude e que se expressam pelos espaços econômicos, políticos e sociais (SCHUCMAN, 2014; ALMEIDA, 2018).

Os modos como as relações sociais se constituíram no Brasil basearam-se numa perspectiva racial que desconsidera o processo histórico de escravização e do abandono estatal pós-abolição ocorrido no país, propagando uma imagem de nação marcada por uma convivência harmoniosa entre os diferentes povos que preservam uma democracia racial. As concepções raciais e a ideologia de branqueamento da população, permearam as políticas e os programas brasileiros a partir do século XIX, mantendo-se atualmente por intermédio dos projetos e das práticas em contextos educacionais que não reconhecem a diversidade étnico-racial e reforçam as disparidades raciais. Essas desigualdades são apontadas através de inúmeras pesquisas que denunciam as instituições de educação coletiva, desde a primeira etapa da educação básica, como espaços de reprodução e acentuação de preconceitos, estereótipos e desigualdades no que diz respeito a raça (OLIVEIRA, 2004; TRINDADE, 2011; AMARAL, 2013; SANTIAGO, 2014).

Na contramão do silenciamento perante às questões raciais no Brasil, destacamos a atuação dos movimentos de negras e negros que vem tensionando as esferas sociais, políticas, econômicas e educacionais para o enfrentamento do racismo que estrutura as relações sociais. Nessa direção, corroboramos com Gomes (2017) ao assumir o Movimento Negro como “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (GOMES, 2017, p. 23).

Tendo em vista o contexto social brasileiro, buscamos neste trabalho explorar aspectos de uma das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis que foi construída por meio da participação ativa de integrantes dos movimentos de negros e negras. Esta proposta intitula-se “Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica” (2016) que além da atuação do Movimento Negro, contou com a participação de gestoras e docentes da rede municipal de educação. A partir das análises desse documento, pretendemos evidenciar os movimentos e as possibilidades da educação infantil constituir-se como espaços de (re)conhecimento e valorização da diversidade étnico-racial entre as crianças de zero a cinco anos e os adultos que compõem esses contextos.

Para o desenvolvimento desse estudo optamos pela realização de uma análise qualitativa dos textos e imagens do referido documento, no sentido de compreender o processo de construção, as opções metodológicas e as concepções teóricas do material (MINAYO, 2001). Contudo, devido a limitação de páginas no presente artigo, optamos pela exploração do conteúdo textual apresentados no documento.

Diante disso, o trabalho está organizado em duas sessões. Na primeira abordaremos questões referentes à importância da atuação do Movimento Negro na área da construção de políticas educacionais em âmbito nacional,

estadual e municipal. Em seguida, apresentaremos a Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica (2016), evidenciando os aspectos que subsidiam o trabalho pedagógico voltado para as crianças que frequentam a educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis.

2 Marcos históricos e legais para uma Educação das Relações Étnico-raciais: atuações do Movimento Negro

A produção de saberes e conhecimentos no que diz respeito à Educação das Relações Étnico-raciais no Brasil pode ser atribuída aos movimentos sociais, sobretudo aos movimentos de negros e negras que lutaram e permanecem enfrentando o racismo, a discriminação e o preconceito, perspectivando a construção de políticas públicas, especialmente para os espaços educacionais coletivos na promoção da igualdade racial. Conforme Gomes (2017) integram esses movimentos, grupos políticos, acadêmicos, econômicos, culturais, artísticos e religiosos que assumem uma perspectiva evidente de lutar contra a discriminação racial, de valorizar e reconhecer a história das populações negras no Brasil e de romper com os dispositivos racistas, que operam nas estruturas políticas, sociais e econômicas, impedindo a ocupação de pessoas negras nos diferentes espaços (GOMES, 2017, p. 23).

Um marco considerado de suma importância para a abertura de agenda sobre as questões raciais no Brasil foi a presença do Movimento Negro na III Conferência Mundial contra o racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas, em 2001, na África do Sul. A partir dessa atuação como subscritor do Plano de Ação de Durban, nosso país reconhece a existência do racismo e se responsabiliza com a construção de políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

No tocante a educação, após movimentos, debates e embates, a Lei Federal 10.639/2003 que altera os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas unidades educacionais públicas e privadas, significou um canal institucional de reconhecimento e visibilidade dos diferentes saberes e conhecimentos produzidos na luta pela população negra que foram historicamente desvalorizados e silenciados.

Para subsidiar essa legislação, foi elaborado o Parecer do Conselho Nacional de Educação/CP 003/2004 e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. De acordo com o documento, relatado pela Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 04).

Desde a LDB/1996 a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, assumindo “como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 25). A partir desse momento, diversos documentos nacionais e propostas curriculares reconhecem a importância de uma atuação pedagógica que possibilite o reconhecimento e a valorização das diferentes dimensões que constituem as crianças, sejam elas de gênero, raça, classe social, religião, nacionalidade, cultura, entre outras especificidades.

No âmbito dos documentos nacionais orientadores das propostas para a primeira etapa da educação básica, destacamos os “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (1995), a “Política Nacional de Educação infantil” (2006), os “Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil” (2006), os “Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil” (2009), as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” (2010) e os livros “Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais” (2012) e “Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial” (2012) como materiais que vem ao encontro do debate sobre inserção da diversidade étnico-racial de forma intencional nos documentos que visam regulamentar e embasar as ações na educação infantil.

Esses materiais assumem uma concepção de criança como sujeitos históricos de direitos que devem ser considerados nas suas múltiplas especificidades, sejam elas de raça, etnia, cultura, gênero ou classe. Logo, as propostas curriculares efetuadas para as meninas e os meninos, devem possibilitar “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21).

A partir da leitura desses materiais, constatamos a existência de documentos nacionais avançados no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das crianças que frequentam espaços de educação infantil. Apresentaremos a seguir, a forma como uma proposta produzida pela Rede Municipal de Florianópolis aborda as infâncias e as questões étnico-raciais.

3 Políticas de Diversidade na Educação Infantil de Florianópolis: uma análise da Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica

Em acordo com a literatura da área, a elaboração de normativas e documentos que tenham como intuito orientar a prática pedagógica no que se refere à diversidade étnico-racial é fundamental para que os trabalhos não se reduzam à mera reprodução de ações pontuais e esporádicas. Nessa perspectiva, alguns materiais vêm sendo organizados em âmbito nacional, como destacamos acima: Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (2004), Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais (2006), Contribuições para a implementação da Lei 10.639/03 (2008), Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (2009), Educação infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial (2012), entre outras iniciativas a nível nacional, estadual e municipal que buscam regulamentar e orientar os trabalhos a serem desenvolvidos nos diferentes ambientes educativos.

Em especial sobre a rede de ensino de Florianópolis, cabe destacar que a mesma acompanhou os diferentes movimentos nacionais e atua há mais de duas décadas a favor de uma educação que promova a diversidade étnico-racial, conforme podemos verificar nas informações dispostas no quadro.

Ano	Instrumento	Conteúdo
1994	Lei Municipal 4.446	Inclusão de conteúdos de Matriz afro-brasileiros nos currículos do município
2007	Orientações Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais	Orienta para a implementação das políticas de EREER e para o ensino da Cultura, História Africana e Afro-brasileira
2007	Portaria nº 038/07 - Comissão Propositiva de Políticas Afirmativas para a questão da Diversidade Étnico Racial	Institui uma Comissão para realização das ações da diversidade étnico-racial, contando com representantes de todos os Departamentos da Secretaria Municipal de Educação.
2009	Resolução CME 02/2009 - Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena	Orienta sobre os princípios e as concepções da EREER no município de Florianópolis
2010	Plano Municipal de Educação de Florianópolis.	Eixo Temático: Educação das Relações Étnico-Raciais
2012	Orientações Curriculares para a Educação Infantil	Parte III - Núcleo de Ação Pedagógica/ Relações Sociais e Culturais
2015	Diretrizes Curriculares para a Educação Básica de Florianópolis	Fortalecimento da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica como um dos princípios educativos
2015	Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis	Inclusão de reflexões e ações da Diversidade nas propostas pedagógicas
2016	Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica	Subsídia as propostas construídas pelos/as profissionais que atuam na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, apresentando conteúdos, resultados de experiências, saberes e conhecimentos que precisam estar inseridos nos currículos da educação básica.

FONTE: Florianópolis (2016), com acréscimos das Autoras (2019).

Dentre as ações da rede de ensino de Florianópolis, está o Programa Diversidade étnico-racial que foi criado no ano de 2005, a partir de uma demanda que exposta pelos/as participantes do I Seminário Diversidade Étnico-Racial, os/as quais através das discussões suscitadas durante o evento apontaram a necessidade de um programa que encaminhasse essas questões ao longo do ano letivo.

Assim, o referido programa começou a ser constituído buscando atuar na construção de políticas de ações afirmativas, a fim de combater o racismo, preconceitos e discriminações, bem como superar as desigualdades através da oferta de formação continuada dos/as profissionais da educação, assessoramento pedagógico às unidades educativas, produção e aquisição de material didático-pedagógico para o trabalho com as questões étnico-raciais na rede municipal de ensino.

Diante das análises do Programa Diversidade étnico-racial, constatamos que inicialmente as suas ações eram mais direcionadas aos/as professores/as que atuavam no ensino fundamental, contando com poucas ações específicas para a educação infantil e conseqüentemente com a presença não tão significativa dos/as docentes dessa etapa. No entanto, esse cenário foi modificado a partir do ano 2007, no qual as propostas passaram a contemplar a educação infantil de forma mais intensa e específica. Rosemberg (2011) aponta que o fato das ações que buscam contemplar a diversidade étnico-racial serem iniciadas no ensino fundamental está atrelado ao percurso histórico de desvalorização da educação infantil.

Dando continuidade no âmbito das ações do Programa Diversidade étnico-racial, ressaltamos os seminários de formação, pois estes constituem-se como um espaço de socialização das práticas desenvolvidas e apresentam como público-alvo os/as educadores/as da rede municipal de educação, contemplando as instituições de educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação complementar, educação de jovens e adultos, centro de educação continuada - CEC's, organizações não-governamentais - ONG's e instituições conveniadas do município de Florianópolis/SC.

Compreendendo a organização do evento a partir da promoção de palestras, debates, apresentações culturais e momentos destinados à troca de experiências dos trabalhos desenvolvidos na rede, os seminários atuam tanto como um momento de ação formativa, quanto como um espaço mobilizador na propagação de outras práticas pedagógicas de reconhecimento da diversidade étnico-racial nas diferentes unidades educativas da rede.

No tocante às temáticas, é possível observar movimentos para que as diversas especificidades que compõem as políticas de promoção da igualdade racial sejam contempladas, isto é, desde a inserção do tema nos documentos até as

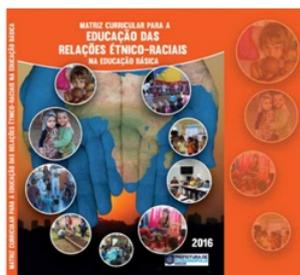
práticas pedagógicas cotidianas. Os momentos de formação são fundamentais, sendo, inclusive, citados por pesquisas (DIAS, 2007, AMARAL, 2013) como um dos elementos que mais “influenciam” na efetivação das ações. Nesse sentido, vale salientar que as práticas de promoção da igualdade racial não são projetos isolados, pelo contrário, as mesmas precisam compor elementos do cuidar e educar, através de medidas que consigam agregar a luta antirracista.

Diante desse contexto, torna-se imperativo a existência de documentos orientadores do trabalho docente. A produção desses materiais também pode ser elencada enquanto uma das ações realizadas pelo Programa Diversidade étnico-racial, o qual contando com a participação de gestores/as do sistema de ensino, integrantes do Movimento Negro e docentes da rede municipal, elaborou o documento “Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica” (2016) com objetivo de qualificar as ações pedagógicas com base no reconhecimento e na valorização dos conteúdos da diversidade.

A Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica é um material produzido pela rede municipal de ensino de Florianópolis em articulação com professores/as, gestores/as, auxiliares de sala, supervisores/as e demais profissionais vinculados/as a educação infantil, ao ensino fundamental, a educação de jovens, adultos e idosos e a educação quilombola que compõe o sistema de ensino do município. Além da participação dos/as profissionais que atuam diretamente nas unidades educativas, esse documento contou com o apoio de uma equipe de assessores/as e coordenadores/as da Secretaria Municipal de Educação, assim como da consultoria da pesquisadora Jeruse Maria Romão^[1] que atuou na formação continuada desses/as profissionais.

O documento busca subsidiar as propostas construídas pelos/as profissionais que atuam na rede municipal de ensino de Florianópolis, apresentando conteúdos, resultados de experiências, saberes e conhecimentos que precisam estar inseridos nos currículos da educação básica, visibilizando e reconhecendo os diferentes modos de ser, estar e atuar no mundo. A Matriz é estruturada em formato de livro, possuindo 119 páginas marcadas por uma gama de cores vivas, compostas por textos, imagens, quadros, figuras e fotografias que contribuem no processo de ensino-aprendizagem do leitor/a.

Figura 1- Imagem da Matriz Curricular



Fonte: As autoras, 2019.

O documento está organizado em três capítulos, sendo que no primeiro são destacados os aspectos conceituais e históricos que demarcam a Educação das Relações Étnico-raciais no Brasil e em Florianópolis. No segundo capítulo são apresentadas as orientações, os relatos de experiências e diferentes abordagens para o trabalho com a Educação das Relações Étnico-raciais nas diversas áreas de conhecimento, etapas de ensino e modalidades atendidas pela educação básica do município. No último capítulo, o documento compartilha uma diversidade de referências temáticas e recursos didático-pedagógicos para subsidiar a atuação dos/as profissionais na valorização e do reconhecimento da diversidade étnico-racial das crianças, jovens, adultos/as e idosos/as que constituem os contextos das unidades educativas.

Um dos pressupostos da Educação das Relações Étnico-raciais trazidos pela matriz curricular diz respeito à necessidade de romper com a invisibilidade dos saberes e conhecimentos produzidos pelas populações negras que foram ignorados no processo da história brasileira. Além disso, o documento apresenta como princípios fundantes a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos e a promoção de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira (FLORIANÓPOLIS, 2016).

No que tange a primeira etapa da educação básica, a Matriz propõe que as interações efetuadas entre as crianças e os adultos sejam permeadas pela dimensão étnico-racial, de gênero, de classe social, de religião, entre outras especificidades que marcam as relações sociais estabelecidas nesses espaços coletivos. Nessa direção o documento aponta para um:

[...] atendimento qualificado que se reconheçam as diferentes crianças que compõem o cenário das instituições educativas e se compreendam esses espaços sociais quando permeados por um pensamento racial, em que estereótipos, preconceitos e discriminações vicejam por todo lugar - herança histórica que marca a sociedade brasileira -, fazendo com que crianças vivenciem uma realidade em que o 'outro' considerado diferente é inferior e, portanto, estigmatizado porque difere daquilo que é acatado como referência. Isto não é qualidade na educação infantil (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 31).

A Matriz assume uma concepção de criança pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

(2010) que compreende as especificidades que os sujeitos de zero a cinco anos carregam, considerando o pertencimento étnico-racial, a classe social, as questões de gênero, os contextos regionais, entre outras particularidades que compõem as infâncias. Nessa perspectiva, aspectos como cuidar, educar e acolher na diversidade são dimensões que precisam estar articuladas na atuação pedagógica, compreendendo que as singularidades das identidades infantis precisam ser reconhecidas de forma a potencializar a diversidade étnico-racial das crianças.

Para isso, ao mencionar as “Orientações Curriculares para a Educação Infantil de Florianópolis” (2012), a Matriz considera o eixo das brincadeiras como atividade social pela qual a criança tem a possibilidade de interpretar e conhecer o mundo, suas diferentes culturas, estabelecendo relações e interações com seus pares e adultos em sua volta. Em vista disso, torna-se imperativo planejar os ambientes nas unidades educativas, preparando “espaços afetivos e acolhedores, que favoreçam as crianças referências afirmativas de sua identidade e pertencimentos. Incluir nesses espaços quadros, gravuras, livros, bonecos, brinquedos, jogos que representem todas as crianças” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 41).

O trabalho com as diferentes linguagens são considerados “Núcleos da Ação Pedagógica” para a rede de ensino de Florianópolis e devem possibilitar o acesso e a ampliação do repertório das crianças por meio das expressões das culturas infantis, do domínio dos símbolos, da apreciação literária e estética de sons, estilos musicais, literaturas, pinturas, desenhos, dentre outros modos de manifestações. Conforme a Matriz (2016), as questões étnico-raciais precisam estar contempladas nessas diferentes linguagens, possibilitando que as crianças tenham acesso à diferentes histórias com personagens negros/as que estejam representados de forma valorizada. Além disso, o documento indica a importância do contato com instrumentos e artefatos da cultura africana e afro-brasileira, a exposição de personalidades e referências negras para o (re)conhecimento e a valorização das histórias dos povos africanos e afro-brasileiros.

A partir dessa apresentação dos diferentes modos de expressão das linguagens, a Matriz procura ampliar o repertório cultural vivenciado pelas crianças numa tentativa de romper com as representações trazidas pelas mídias que veiculam um padrão de beleza branco. Diante disso, o documento ressalta as unidades de educação infantil como espaços privilegiados de diferentes encontros, relações e identidades que devem valorizar e (re)conhecer as especificidades das crianças, “livres dos estigmas gerados pelo seu pertencimento étnico- geográfico, social e cultural e pela ignorância de quem deveria conhecer melhor a história da qual também faz parte e tem responsabilidades sobre ela, que são os adultos, em especial as professoras” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 47).

Conforme mencionamos anteriormente, a Matriz (2016) também apresenta alguns relatos de experiências desenvolvidas na rede municipal. No que se refere à educação infantil, salientamos a necessidade de ações cotidianas e intencionais que tenham como protagonistas as crianças. Sobre esse assunto, o material ressalta a identificação de experiências pedagógicas bem sucedidas no interior das unidades educativas da rede municipal de Florianópolis, demonstrando que os espaços de educação coletiva são lócus privilegiados na superação do racismo e das desigualdades raciais.

Dentre as propostas sugeridas, elencamos: Preparação de espaços afetivos e acolhedores que favoreçam a construção valorizada das identidades; Representação das identidades por meio de jogos, bonecos, fantoches, etc; Contação de histórias com personagens contidos em contextos multiculturais; Ampliação dos conhecimentos através das lendas e contos africanos; Trabalho com as diferentes composições familiares; Exploração de músicas e danças africanas e afro-brasileiras; Construção de instrumentos, entre outros.

Com o propósito de subsidiar as ações pedagógicas, a Matriz oferece referenciais de diversos gêneros literários e recursos metodológicos direcionados para que profissionais e crianças possam ter acesso a produção existente sobre a temática étnico-racial. No que tange a primeira etapa da educação básica, verificamos a intenção em contemplar materiais voltados para o trabalho com as crianças, oferecendo indicações de revistas, dicionários, cadernos, histórias, sites, filmes, documentários, jogos e brinquedos que reconhecem e valorizam os conhecimentos, experiências e saberes produzidos pela população negra.

A partir da perspectiva apresentada pela Matriz, consideramos que as orientações dispostas dialogam com a premissa de uma formação integral das crianças comprometida “com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (BRASIL, 2010, p. 17) conforme apontam os documentos nacionais que orientam as ações dessa etapa.

Em meio às análises dos conteúdos da Matriz (2016), em especial sobre as particularidades da educação infantil, podemos inferir que a rede municipal de ensino de Florianópolis apresenta propostas consistentes e contínuas no tocante à promoção da igualdade racial nas políticas, documentos e práticas pedagógicas.

Além disso, acreditamos que a construção desse material possibilita a abertura de um processo de descolonização do conhecimento que foi historicamente balizado por uma perspectiva da ciência moderna que suprimiu os saberes das populações indígenas, negras, quilombolas, entre outras. Os subsídios teóricos e metodológicos pautados nessa Matriz são considerados neste trabalho como uma perspectiva da ecologia dos saberes, no sentido de incorporar nas práticas pedagógicas as histórias e conhecimentos produzidos pela população negra no Brasil (SANTOS e MENESES, 2010).

4 Considerações Finais

Compreendendo que “as ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos” (MUNANGA e GOMES, 2017), analisamos a Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Básica (2016) como uma política de ação afirmativa municipal diretamente ligada às propostas construídas nacionalmente pelos movimentos de negros e negras

que compreendem a educação como estratégica na efetivação da igualdade racial.

No que tange a educação infantil, constatamos que a Matriz apresenta propostas articuladas com as Diretrizes nacionais e municipais para essa etapa da educação básica, indicando possibilidades práticas de atuação como experiências com o corpo, brincadeiras, músicas, literaturas, imagens, expressões artísticas, entre outras atividades que potencializam os pertencimentos étnico-raciais de todas as crianças.

Em acordo com a literatura da área (AMARAL, 2013; DIAS, 2007; ROSEMBERG, 2011) esses elementos oportunizados pela Educação das Relações Étnico-raciais devem estar presentes nas discussões realizadas no “chão” das unidades educativas, articulados entre o Projeto Político Pedagógico e as propostas de ações que atendam todos os grupos de crianças, como um compromisso político não só da Secretaria Municipal de Educação, mas também das instituições e dos/as profissionais que atuam diretamente com as crianças. Diante disso, acreditamos que a Matriz torna-se um material subsidiador da formação continuada oferecida aos/as profissionais que atuam na educação infantil, no sentido de formar coletivos responsáveis com uma educação que garanta a dignidade de todas as crianças.

Embora a conjuntura política revele a ascensão de um projeto de sociedade racista, sexista, machista e heteronormativo, acreditamos nas possibilidades de mobilização dos diversos coletivos na luta pela defesa dos direitos a educação, a justiça social e o aperfeiçoamento da democracia. Diante disso, a constituição de uma Matriz como uma política de ação afirmativa indica o compromisso da rede municipal de Florianópolis no rompimento com a branquitude e o eurocentrismo que constituíram os currículos.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil.** Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** Aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, p. 98-114, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília. DF v.1; il, 2006.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília. DF v.2; il, 2006.

_____. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico Raciais.** Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Ministério da Saúde. - 3. ed. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica - Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Crerícios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. - 6. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2009.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte:** educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. Tese (Doutorado em

Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil**. Prefeitura Municipal de Florianópolis: Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Florianópolis: Prelo, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Básica**. Prefeitura Municipal de Florianópolis: Florianópolis, 2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica** - Prefeitura Municipal de Florianópolis Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, SC, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele.; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2.ed. São Paulo: Global, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana. **Um estudo sobre a creche**: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas, Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROSEMBERG, Fulvia. Aspectos conceituais e jurídicos da educação para igualdade racial na educação infantil. In.: SILVA JÚNIOR, Hédio.; BENTO, Maria Aparecida Silva .; CARVALHO, Sílvia Pereira. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

SANTIAGO, Flávio. **“O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado.**” Hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de SP. São Paulo: Annablume, 2014.

SILVA JÚNIOR, Hédio.; BENTO, Maria Aparecida Silva .; CARVALHO, Sílvia Pereira. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial em espaços de educação infantil**. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

^[1] Atua como formadora dos cursos ofertados pela Rede Municipal de Ensino de Florianópolis direcionados aos/as docentes da educação básica desde o início da elaboração das políticas municipais de promoção da igualdade racial. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: Teatro experimental do negro, ensino profissional, currículos e políticas educacionais.